

Cidades

TERRENO DE MARINHA

Ação para manter área de paneleiras

Prefeitura entrou com ação na Justiça Federal pedindo que União doe terreno em Goiabeiras e indenize as paneleiras por danos morais

Rebeca Santos

A Prefeitura de Vitória entrou com ação civil pública na Justiça Federal para que o terreno da União onde atuam as paneleiras, em Goiabeiras, Vitória, seja doado a elas e que também recebam uma indenização por danos morais.

A iniciativa da prefeitura é para livrar a Associação das Paneleiras de Goiabeiras de uma ação judicial de execução fiscal da Superintendência de Patrimônio da União (SPU). Segundo a SPU, a associação deve R\$ 71.435,82 à União, pois o terreno onde o grupo trabalha pertence à Marinha.

De acordo com o prefeito de Vitória, Luciano Rezende, a prefeitura deu entrada com o pedido ontem por entender que as paneleiras compõem parte importante do cenário cultural de Vitória e que não podem ser expulsas do local.

O prefeito ainda ressaltou que ação inclui indenização por danos morais a ser usada no incentivo às atividades das paneleiras.

“É um absurdo termos de pagar

uma taxa dessas. Em outras capitais do País, a taxa está extinta. É essencial que esse terreno seja cedido às paneleiras, por causa da importância da atividade”, afirmou.

Procurado pela reportagem, o superintendente da SPU, Magno Pires, não foi encontrado. No último mês, ele afirmou em entrevista ao jornal **A Tribuna** que a associação tem uma ação judicial de execução fiscal por estar inadimplente com a taxa de ocupação de terreno de marinha de 2004 até 2012.

Pires explicou que a maior parte da dívida está em fase de execução judicial na Justiça Federal, no valor de R\$ 55.261,32. Porém, afirmou que, apesar da dívida, não há pedido de tomada do local. “A área das paneleiras não é objeto de ação judicial de reintegração de posse.”

A presidente da Associação das Paneleiras de Goiabeiras, Berenicia Nascimento, disse que está esperançosa com a ação e que o grupo não tem como arcar com as dívidas. “Não temos como pagar uma dívida de mais de R\$ 50 mil. Precisamos ficar no local.”

“Não temos como pagar uma dívida de mais de R\$ 50 mil. Precisamos ficar no local”

Berenicia Nascimento, presidente da Associação de Paneleiras de Goiabeiras

JUSSARA MARTINS - 16/01/2014



PREFEITO LUCIANO REZENDE: “É essencial que esse terreno seja cedido às paneleiras, por causa da importância da atividade”



ADEMIR RIBEIRO - 10/04/2014

BERENICIA NASCIMENTO, que é presidente da Associação das Paneleiras, disse que o grupo não tem como arcar com as dívidas. Ela afirmou ainda estar esperançosa com a ação da prefeitura para manter paneleiras no local, em Goiabeiras

ENTENDA O CASO

Impasse

> A **UNIÃO** está promovendo uma ação judicial de execução fiscal contra a Associação das Paneleiras de Goiabeiras, deve R\$ 71.435,82 de taxa de marinha. O terreno onde o grupo trabalha pertence à Marinha.

> A **PREFEITURA** de Vitória entrou ontem com uma ação civil pública na Justiça Federal contra a União para que o terreno onde atuam as paneleiras seja cedido à associação.

> A **PREFEITURA DEU** entrada com o pedido por entender que as paneleiras compõem parte importante do cenário cultural de Vitória e que não podem ser expulsas do local.

> A **AÇÃO INCLUI** indenização por danos morais a serem usados no incentivo às atividades das paneleiras.

Campo

> A **JUSTIÇA FEDERAL** determinou a reintegração de posse do campo do Santa Cruz Futebol Clube à União, após o não pagamento de taxas de ocupação de área de marinha.

> O **CLUBE** ficou inadimplente entre 1994 e 1998 e de 2004 a 2008.

> A **DÍVIDA TOTAL**, segundo o processo, é de R\$ 645.404,05.

Fonte: Prefeitura de Vitória.

Futuro de Campo do Santa Cruz aguarda decisão

Uma área que está ameaçada devido a dívida de taxa de marinha é o campo do Santa Cruz Futebol Clube, em Santa Lúcia, Vitória. O caso está na Justiça para que o local seja usado somente para fins esportivos, de acordo com o prefeito Luciano Rezende.

Ainda não há decisão sobre o caso desde que a 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região determinou, em março, que a área fosse desocupada em 30 dias, a contar da decisão, sob pena de multa diária de R\$ 300.

“Esta é outra prioridade para a prefeitura e aguardamos a decisão judicial contra a cobrança da taxa do terreno”, disse o prefeito.

A prefeitura está na briga para

tentar impedir a construção de um prédio no local. O impasse se instalou devido a uma dívida do clube no valor de R\$ 645.404,05, referente à cobrança de taxas de terreno de marinha. Os diretores do Santa Cruz afirmam que não têm como pagar a dívida.

ADRIANO HORTA - 09/04/2014



REGIÃO do campo do Santa Cruz